

Pessoa, En-contro e Presença: Abordagem Centrada na Pessoa ante a Alteridade

Person, en-counter and presence: person-centered approach before alterity

Persona, encuentro y presencia: enfoque centrado en la persona ante la alteridad

Recebido: 21/04/2022 | Revisado:10/07/2022 | Aceito:08/09/2022 | Publicado:22/09/2022

Iago Cavalcante Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2033-0539>

Faculdade Pitágoras de Fortaleza/Ce, Brasil

Email: iagopsi@gmail.com

Emanuel Meireles Vieira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7346-4944>

Departamento de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em

Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

Email:emanuelmeireles.ufc.br

Paulo Coelho Castelo Branco

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4071-3411>

Departamento de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em

Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

Email: paulocbranco@ufc.br

Resumo

Incluir o resumo. Objetivamos aprofundar uma reflexão sobre pessoa, encontro e presença, termos empregados por Carl Rogers. Inicialmente, argumentamos que Rogers não conceituou tais termos e que eles expressam ideias psicológicas mais profundas. Em seguida, demonstramos como a ideia de pessoa perpassa as fases do pensamento rogeriano em sua concepção de natureza humana e tendência à autorrealização. Posteriormente, tensionamos essa ideia a partir de algumas críticas baseadas no pensamento de Peter Schmid e outros humanistas. Depois, trabalhamos a noção de en-contro e presença como elementos teóricos que permitem repensar a ideia de pessoa para além de sua dimensão substancialista, aproximando-nos de uma esfera relacional e dialógica que enfatiza a diferença como constituinte do processo de tornar-se pessoa. Concluímos que avançar sobre o tema permite entender o solo individualista que Rogers pensou e reconhecer as dimensões substanciais e relacionais que evidenciam uma profícua tensão entre ser e tornar-se pessoa.

Palavras-chave: Carl Rogers; Terapia Centrada no Cliente; Psicologia Humanista.

Abstract

We aim to deepen a reflection about person, meeting and presence, terms used by Carl Rogers. Initially, we argued that Rogers didn't conceptualize such terms and that they express deeper psychological ideas. Then, we demonstrate how the person's idea goes through the phases of Rogerian thought in his conception of human nature and self-actualization tendency. Posteriorly, we tensioned this idea from some criticisms based on the Peter Schmid and other humanists. Then, we worked the en-counter notion and presence as theoretical elements that allow us to rethink the person idea beyond its substantial dimension, approaching a relational and dialogical sphere that emphasizes difference as a constituent of become a person process. We conclude that advancing on the theme allows us to understand the individualistic solo that Rogers thought and to recognize the substantial and relational dimensions that show a fruitful tension between being and becoming a person.

Keywords: Carl Rogers; Client Centered Therapy; Humanistic Psychology.

Resumen

Objetivamos reflejar sobre la persona, encuentro y presencia, términos utilizados por Carl Rogers. Inicialmente, argumentamos que Rogers no conceptualizó tales términos, que expresan ideas psicológicas más profundas. Demostramos cómo la idea de persona atraviesa las fases del pensamiento rogeriano en su concepción de la naturaleza humana y tendencia a la autorrealización. Posteriormente, tensionamos esta idea a partir de algunas críticas basadas en el pensamiento de Peter Schmid y otros humanistas. Trabajamos la noción de en-cuentro (ir en contra) y presencia como elementos teóricos que nos permiten repensar la idea de persona más allá de su dimensión sustancial, acercándonos a una esfera relacional y dialógica que enfatiza la diferencia como constituyente de el proceso para convertirse en persona. Concluimos que avanzar en el tema nos permite comprender el solo individualista que pensó Rogers y reconocer las dimensiones sustanciales y relacionales que muestran una fructífera tensión entre ser y convertirse en persona.

Palabras clave: Carl Rogers; Terapia No Dirigida; Psicología Humanista.

1. Introdução

A ideia de *pessoa* acompanha importante parte da obra de Carl Rogers e constitui parte fundamental do arcabouço das intervenções relacionadas aos seus trabalhos clínicos, grupais e educacionais (Rogers, 1961/2009, 1970/2002, 1977/2001, 1980/1983a; Rogers & Rosenberg, 1977), além de aludir a uma visão de mundo circunscrita a esses trabalhos (Rogers, 1983b). Afinal, são diversas as passagens em que o autor define que o terapeuta, por exemplo, não é apenas um especialista, mas uma pessoa que se relaciona com outra. Comumente, Rogers (1961/2009) entende que o objetivo da terapia é propiciar condições para que o cliente se torne uma pessoa. A relação terapêutica, por sua vez, é definida como um contato de pessoa para pessoa (Rogers, 1967/1976), bem como o investigador é tomado como tal no processo de construção do conhecimento e aprendizagem (Rogers, 1961/2009). É, portanto, em torno da ideia de pessoa que giram muitos valores ligados à Abordagem Centrada na Pessoa (ACP).

Curiosamente, a despeito de toda a importância que concede ao termo, Rogers (1961/2009, 1977/2001) não chega a defini-lo em termos conceituais. Limita-se, por vezes, a descrever características do que é ser, ou melhor, tornar-se uma pessoa (evidenciando o processo, cuja grande marca é a liberdade e abertura a um fluxo experiencial), ou ainda a apontar o que seria uma pessoa do futuro, como uma utopia que estaria por vir e que seria muito próxima do que ele mesmo apresenta como a pessoa em funcionamento pleno (Rogers & Rosenberg, 1977).

Ainda que Rogers (1959/1977) defina várias de suas noções para compor um sistema teórico e conceitual de suas práticas psicoterapêuticas e desdobramentos nas esferas relacionais grupais, familiares e educacionais, há uma ausência da definição de pessoa e de suas noções conexas. Embora isso seja compreensível, dado que a ideia de pessoa somente passou a figurar direta e explicitamente uma reflexão a partir da publicação da obra *Tornar-se Pessoa*, em 1961 (Rogers, 1961/2009) e a elaboração conceitual não foi sempre uma maior preocupação de Rogers após a sua aposentadoria da vida universitária, em 1963, pode-se gerar alguns problemas de ordem conceitual e prática. Vieira e Pinheiro (2013), por exemplo, entendem que a pessoa em pleno funcionamento poderia significar um projeto totalitário em que, em nome da liberdade, o terapeuta seria um modelo a ser copiado pelo cliente no que diz respeito à consideração pela própria experiência. Moreira (2007), por sua vez, entende que a pessoa em Rogers carrega consigo uma noção capitalista e liberal que se equivale a indivíduo e desatenta para os aspectos sociais e mundanos de quem busca uma ajuda psicológica.

Uma caracterização importante sobre o termo *pessoa* advém de Peter Schmid (1998a, 1998b) que entende que há uma tensão entre as dimensões substancial (o que a pessoa é) e relacional de ser pessoa (aquilo que ela se torna em um devir) e que Rogers desenvolveu pouco o aspecto relacional, marcado notadamente pela diferença. Para compor tal leitura, Schmid (1998a) parte, principalmente, de uma filosofia dialógica. Segundo Pivatto (2003), tal concepção está arvorada em três elementos básicos, a saber: a presença de pelo menos duas pessoas que se afetam; a capacidade intercomunicacional; e a reflexão do que emerge disso. Assim, a concepção de humano passará por uma relação ética com outrem. Esta interrelação é pensada por Schmid (1998a) como um *en-contro* que se dá mediante a *presença* das pessoas nele envolvidas se depararam com um outro verdadeiramente Outro, ou seja, aquele que me é estranho e me provoca uma alteridade/diferença que me exige uma responsabilidade para lidar com isso. A ideia apresentada por Schmid (1998a) enfatiza, para além da reciprocidade e harmonia, os aspectos diacrônicos e assimétricos da relação terapêutica.

Destarte, objetivamos ponderar as noções de *pessoa*, *en-contro* e *presença* a partir dos estudos de Rogers, de Schmid e de outros psicólogos humanistas, a fim de pensar algumas implicações que tal (re)definição traz para quem trabalha com a ACP. Para tanto, inicialmente, trabalhamos a ideia de *pessoa* em sua relação com a concepção de natureza humana e tendência à autorrealização, com base em algumas fases do pensamento rogeriano. Posteriormente, tensionamos

essa ideia a partir de algumas leituras críticas advindas de pós-rogerianos. Em seguida, com base no pensamento de Schmid, apresentamos as ideias de *encontro* e *presença* para (re)pensar uma relação pessoa a pessoa. Tal empreitada, a nosso ver, permite (re)pensar possíveis desdobramentos conceituais de elementos vagamente discutidos em Rogers.

2. Apontamentos para uma Elaboração Inicial da Ideia de Pessoa a Partir da Concepção de Natureza Humana e de Tendência à Autorrealização no Pensamento Rogeriano

Rogers (1959/1977) desenvolveu sua proposta de psicoterapia baseado em uma concepção de natureza humana positiva e liberal que serve como princípio para a construção de uma relação terapêutica pautada por uma atmosfera de acolhimento da experiência do outro que busca ajuda. As clássicas condições necessárias e suficientes para a mudança terapêutica da personalidade (Rogers, 1957/2008) partem de uma premissa de que “(...) o ser humano tem a capacidade, latente ou manifesta, de compreender-se a si mesmo e de resolver seus problemas de modo suficiente para alcançar a satisfação e eficácia necessárias ao funcionamento adequado” (p. 39). Essa concepção, que nada mais é do que a noção de tendência à autorrealização, fundamenta o trabalho de Rogers (1959/1977, 1970/2002, 1977/2001, 1980/1983a) em suas diversas esferas terapêuticas, educacionais, grupais, sociais e políticas.

Uma expressão disto se encontra, marcadamente, na caracterização que Rogers dá à natureza humana. A esse respeito, Rogers (1957/2014) afirma que, segundo a sua experiência clínica, o ser humano possui uma natureza dotada de qualidades, de forma que ele não pode ser equiparado a uma tabula rasa. Em sua compreensão, o ser humano possui uma natureza positiva, direcionada ao desenvolvimento, construtiva e digna de confiança. Isto se fundamenta a partir da compreensão de um organismo aberto a experiência e que avalia e simboliza, efetuando, em um mesmo processo a significação de si mesmo (Rogers, 1959/1977). Este mesmo organismo se utiliza sempre de seus aspectos salutaros para manter, realizar e atualizar-se. Além disso, é capaz de diferenciação (transformação de personalidade) e de cooperar nos relacionamentos, tendo, também, impulsos em direção à independência, à harmonia e à autopreservação, bem como à preservação de sua espécie (Rogers, 1951/1992). Esse tipo de afirmação sobre a natureza humana é repetido por Rogers (1977/2001, 1980/1983a) ao longo da obra. Isso implica na descrição de um funcionamento pleno, que pode ser visto como um desdobramento dessa natureza naquilo aquilo a que a pessoa foi naturalmente designada por sua tendência à realização ou tendência atualizante (Rogers, 1961/2009). Neste sentido, temos aqui o fundamento para a confiança e promoção da expressão da natureza humana nas relações interpessoais, especialmente na psicoterapia proposta por Rogers (1957/2014).

Ao longo do pensamento rogeriano, mesmo que o compreendamos a partir de fases (Moreira, 2010), é possível encontrar uma compreensão dessa natureza, expressa pela tendência à autorrealização, que não se abala ao longo do tempo, a ponto de, no momento final de sua carreira, Rogers (1977/2001, 1980/1983a) indicar tal tendência como o postulado básico de sua teoria. Na fase compreendida como não-diretiva (1940-1950), Rogers (1942/2005) afirma que, “(...) em primeiro lugar, há uma confiança muito mais profunda no indivíduo poder orientar-se para a maturidade, para a saúde e para a adaptação. A terapia é (...) um processo de libertá-lo para uma maturação (...)” (p. 41). Como se percebe, Rogers (1942/2005) edifica sua abordagem, desde o princípio, tendo essa premissa como elemento fundamental e inegociável. É a partir disso que o terapeuta operacionaliza uma relação permissiva e em que procura “(...) estar fora do caminho do cliente” (p. 41).

Na fase reflexiva (1950-1957), Rogers (1951/1992) retoma essa base de confiança quando afirma a “(...) hipótese de que o indivíduo tem uma capacidade suficiente para lidar construtivamente com todos os aspectos da sua vida que podem potencialmente atingir o nível da consciência” (p.38). Novamente, o autor aposta na capacidade que o indivíduo tem de lidar com suas questões e reconhece que ao terapeuta cabe estabelecer condições necessárias e suficientes

para a mudança terapêutica da personalidade (Rogers, 1957/2008). Nestas condições, caberia ao terapeuta estar integrado na relação, considerar positiva e incondicionalmente o cliente e, por fim, tentar estabelecer uma compreensão empática de sua experiência.

Na fase experiencial (1957-1970), Rogers (1961/2009) continua a entender que deriva dessa tendência uma capacidade inerente e natural de caminhar rumo à maturidade: “(...) o indivíduo traz dentro de si a capacidade e a tendência, latente se não evidente, para caminhar rumo à maturidade. Em um clima psicológico adequado, essa tendência é liberada, tornando-se real ao invés de potencial” (p. 40). Caberia ao terapeuta estabelecer com o cliente o clima psicológico adequado, pautando-se, sobretudo, por uma atmosfera de segurança e calor humano que permita à assunção dessa tendência (Rogers, 1959/1977).

Na fase coletiva ou inter-humana (1970-1987), Rogers (1977/2001) tenta pensar sobre o impacto político de sua obra por compreender que política diz respeito a poder e controle e que sua abordagem, então denominada de *centrada na pessoa* dada a sua expansão para diversos campos relacionais além da psicoterapia. A despeito do deslocamento para a um espectro mais social e político das relações de ajuda, Rogers (1977/2001) mantém firme sua visão de que há uma tendência, não apenas humana, mas na vida em geral, em direção à maturidade. Quer o estímulo provenha de dentro ou de fora, quer o ambiente seja favorável ou desfavorável, os comportamentos de um organismo serão dirigidos no sentido de ele manter-se, crescer e reproduzir-se. Esta é a verdadeira natureza do processo vital. Como se nota, Rogers (1977/2001) aposta em uma força interna, inata e confiável, como algo do qual procede todas as ações humanas. Ao pensar sobre a condição humana e os rumos que tomamos como sociedade, ele argumenta que a sociedade perdeu a confiança na sabedoria interna orgânica que é de natureza não-consciente e subverbal. A um processo de facilitação desse crescimento humano (em diversos âmbitos de relações humanas e não apenas na psicoterapia), caberia resgatar essa confiança, esse vínculo que todo ser vivo tem com uma energia vital.

Em todas as etapas do pensamento rogeriano, percebem-se alguns elementos para que definamos *pessoa* em sua obra. Como já apontando, Rogers não se preocupou com essa definição e é bastante influenciado por uma visão mais individualista a respeito do tema. Não por acaso, a última sessão de *Tornar-se Pessoa* é dedicada ao que Rogers (1961/2009) chama de lugar do indivíduo no mundo novo da ciência do comportamento. Conforme Moreira (2007), *pessoa* e *indivíduo* se equivalem no pensamento rogeriano, na medida em que há claramente uma concepção naturista e vitalista da condição humana. Naturista, por exatamente compreender uma teleologia natural do desenvolvimento humano que pode ser desvirtuada pela cultura, mas não destruída sem que se destrua também o organismo. Vitalista, por conceber uma sabedoria pré-reflexiva inerente ao organismo, da qual o processo de aculturação nos distancia.

Com efeito, a *pessoa* é um indivíduo dotado de capacidade para autocompreensão desde que esteja integrado a uma sabedoria orgânica e em relações autênticas e não condicionais, sem maiores ameaças à liberdade de se aperceber de experiências disponíveis em sua relação com o campo fenomenológico¹. A harmonia entre organismo, o modo como esse indivíduo se percebe (*self*) e a cultura, portanto, são determinantes para que o indivíduo se perceba integrado e, portanto, se conceba como uma pessoa. Vale enfatizar que a *pessoa* descrita por Rogers (1961/2009), ou o processo de tornar-se uma, é marcada exatamente pelas características do que Rogers concebe como *pessoa em funcionamento pleno*. Esta seria aberta à experiência imediata, viveria o aqui e agora e confiaria na sabedoria do seu emana do seu organismo para tomar decisões, relacionar-se com outros e lidar com situações problemáticas.

Encontramos em Rogers (1977/2001) expressões de uma *pessoa* aberta às relações e fundamentalmente ligada

¹ O campo fenomenológico, aqui, refere-se ao conjunto de experiências vividas pelo sujeito e que estão potencialmente disponíveis à consciência. Ele corresponde ao modo como a pessoa percebe o mundo de modo global e, assim, influencia seu comportamento, constituindo para ela a sua realidade (Rogers, 1951/1992; Castelo Branco & Cirino, 2016).

a elas, como quando registra a importância das condições de valores internos e externos à experiência orgânica e a personalidade na constituição da subjetividade (Rogers, 1959/1977). A guinada relacional e coletiva, atestada nas fases experiencial e coletiva ou inter-humana (Moreira, 2010), também expressa o lugar que as relações sociais tomam na constituição social da pessoa. É neste momento que a qualidade da relação entre as pessoas no processo de facilitação se torna mais evidente e importante. A ideia rogeriana de *pessoa*, portanto, é desdobramento de uma concepção de natureza humana como essencialmente boa e circunscrita a uma expressão da tendência à autorrealização.

3. Tensões e Desafios para um Novo Desenvolvimento da Ideia de Pessoa

Ressalta-se que a concepção de Rogers acerca da natureza humana foi alvo de críticas. Uma das mais vorazes adveio de Rollo May (1982). Para ele, se o humano é guiado por uma tendência à autorrealização, mas pode ser atrapalhado pela cultura que o faz se distanciar de sua experiência orgânica direta, haveria uma contradição, visto que a cultura também é uma criação humana. Logo, se a teleologia do desenvolvimento da *pessoa* é natural, como faz supor a ideia de uma natureza humana, Rogers é determinista.

A despeito das críticas empreendidas a concepção rogeriana de natureza humana e de sua ideia de *pessoa*, Schmid (1998a) reconhece a questão prática proporcionada pela proposta de Rogers, demarcando a ACP como detentora de uma visão radical de ser humano como *pessoa*. Contudo, formula uma nova perspectiva de ACP mais dialógica. O autor considera que levar a sério a ideia rogeriana de *pessoa* é acreditar que cada ser humano é capaz de determinar a direção de sua natureza e suas possíveis mudanças, em seus campos de possibilidades relacionais e vitais. Logo, para Schmid (1998a) a noção de *pessoa* não se refere a uma generalidade, mas a um ser único.

A origem do termo *pessoa* se refere a desenhos rupestres de alguém usando uma máscara (Schmid, 1998a) com o nome *phersu* ao lado, podendo indicar o ente, a máscara ou mesmo o ente quando a estava usando. Na Grécia, o termo foi referido como sinônimo de face, como o nome de *prósora*; o teatro grego usava a máscara para revelar um personagem que fazia referência a um contexto social específico, apresentando tipos sociais, não sujeitos individuais. A máscara, no teatro, "(...) individualiza o personagem, mas não o torna um sujeito psicológico, uma pessoa individual" (Moreira, 2007, p. 152). Do teatro, a *persona*, termo em latim para a máscara, ganhou uma característica social por ser aquela que representa um papel, estendendo-se, em Roma, para o papel social vivido no dia-a-dia. A tragédia apresentava personagens, os seres humanos, dotados de múltiplas facetas, ora dependentes dos destinos traçados pelos deuses, ora heróis batalhadores por sua própria sorte: seres humanos ambíguos, vítimas e heróis.

Conquanto a ideia geral de *pessoa*, também, perpassa pelo judaísmo, segundo Holanda (1998), é o cristianismo o grande responsável por uma ideia decisiva e mais próxima daquilo que concebemos na atualidade e no pensamento rogeriano. A princípio concebe-se a *pessoa* em sua unicidade, mais voltada à noção de indivíduo. É com o personalismo, pois, que a ideia adquire uma descentralização do indivíduo e uma participação radical da comunidade em sua concepção (Schmid, 1998a). O termo *pessoa* foi apropriado pelo cristianismo em sua teologia da trindade divina, a qual seria composta por três seres, um deus em três pessoas (Schmid, 1998a). Aqui, as pessoas da trindade vivem *por* e *para* a comunidade; mesmo que apresentando características diferentes, não perdem a sua singularidade em meio à pluralidade. A partir disto, Schmid

(1998a) se refere a duas tradições nos estudos sobre a ideia de *pessoa*: uma enfoca o caráter singular, individual e particular; outra foca as qualidades relacionais. O conceito de *pessoa* em seu aspecto substancial foi, primeiramente, definido por Boécio (Schmid, 1998a; Holanda, 1998; Moreira, 2007), o qual afirmava que *pessoa* é a substância indivisível de um ser racional. Sob esta ótica, *ser pessoa* é permanecer, firmar-se e impor-se sobre a totalidade, como um ser autônomo e independente, daí o seu caráter distinto e singular.

É possível considerar que Rogers (1957/2014), ao longo de boa parte de seus estudos, esteve bastante próximo desta tradição substancialista, de forma que ela é facilmente identificada em suas concepções. Desde o princípio, a concepção rogeriana de natureza humana considera aquilo que há de humano na pessoa a ser atendida, ou melhor, considera a pessoa em sua natural tendência à autorrealização. Partindo deste pressuposto, Rogers enfatizou o caráter individual do ser humano e, por conseguinte, “(...) viu a terapia como um processo de desenvolvimento da personalidade com ênfase na confiança no organismo, em um self real, e acima de tudo, na consideração positiva e na empatia como condições facilitadoras” (Schmid, 1998a, p. 41, tradução nossa). É aqui que se insere a crítica de Moreira (2007) à concepção de pessoa de Rogers. Para ela, “(...) à medida que se desenvolve o conceito de tendência atualizante [à autorrealização], sua teoria volta-se cada vez mais para o centramento na pessoa [indivíduo]” (Moreira, 2007, p. 186). A dimensão social é alvo de preocupação, mas é algo de segunda ordem, subsequente à *pessoa* e importa naquilo que diz respeito a ela. Eis uma contradição no pensamento de Rogers (1957/2014) quando este, por um lado, aponta o homem naturalmente socializado, isto é, o social é imanente à natureza humana; e, por outro, considera-o distinto dessa sociedade que, por sua vez, perverte sua bondade.

Desse modo, Moreira (2007) argumenta que a concepção rogeriana é individualista, estando pautada pelos padrões da sociedade estadunidense. Rogers (1961/2009) chega a conceber que “Toda pessoa é uma ilha, no sentido muito concreto do termo; a pessoa só pode construir uma ponte para se comunicar com outras ilhas se primeiramente dispôs a ser ela mesma e se lhe é permitido ser ela mesma” (p. 24-25). Além disso, Moreira (2007) ancora a conceituação de *pessoa* de Rogers no cristianismo de uma forma diferente da feita por Schmid (1998a). Este o faz levando em consideração os aspectos relacionais e comunitários indicados pela teologia da trindade, ela pensa esta ancoragem de uma forma mais individualista, concebendo a tradição cristã como aquela em que a pessoa é capaz de ter seu encontro pessoal com a divindade, mas que também é passível de punição particular. Segundo Moreira (2007), tal perspectiva, quando apropriada por Rogers, aponta para uma alienação do sujeito frente às questões sociais, as quais são constituintes de sua subjetividade. A autora não nega a capacidade do sujeito de modificar a situação social em que está inserido; no entanto, concebe isso não mais em uma liberdade irrestrita, de uma soberania do sujeito.

Além disto, é preciso indicar a crítica de Freire (2002) à ética da ACP, a partir da filosofia de Lévinas. Freire (2002) compreende que o enfoque rogeriano não oferece espaço à alteridade radical formulada por Lévinas. Para ele, embora tenha a abertura ao outro como elemento fundamental, a teoria de Rogers é muito presa à ideia de que essa relação é horizontal e recíproca e, portanto, não dá ao outro a primazia, não o reconhece como vindo primeiro. Como exemplo, pode-se citar o fato de que, para Rogers, somente quando aceito minha própria experiência e me abro para ela, consigo me abrir para o outro. A filosofia levinasiana (Freire, 2002), por seu turno, postula que só nos humanizamos a partir do encontro com o radicalmente Outro

(aquele que está para além do mesmo e que inscreve um limite sobre este), que conosco estabelece uma relação vertical à qual nos cabe apenas responder “eis-me aqui” e abrir-se para a alteridade e o estranhamento constitutivos da relação.

Schmid (1998a), também fazendo leituras partir da filosofia de Lévinas, entende que boa parte das teorizações clínicas de Rogers carrega um tom individualista, mas defende que a prática grupal da ACP as superou ao apresentar novos aspectos relacionais que, infelizmente, não foram suficientemente sistematizados. Na busca desta sistematização e fundamentação dos aspectos relacionais da ACP, Schmid (1998a), a partir da antropologia dialógica, apresenta a *pessoa* como um ser constitutivamente social. Assim, “(...) um elemento constituinte do ser humano como pessoa é o autoconhecimento no diálogo que vai além do *self* – mais especificamente, no diálogo interno.” (p.42, tradução nossa). Aqui, a *pessoa* é considerada como um ser que está diretamente projetado para fora, que é constituído a partir do diálogo com outros. A separação entre sujeito e o mundo já não pode ser feita da mesma forma, visto que a alteridade está entranhada na subjetividade humana, constituindo-a e remodelando-a.

Seguindo essa linha de pensamento, Vieira (2017) aponta que é somente a partir do olhar do outro que as potencialidades humanas se desdobram e que a ideia de um ser humano que se autodesenvolve, tão marcante em Rogers, seria equivocada, pois, sem a mediação do olhar do Outro, ela seria impossível. Assim, o ser humano está sempre nessa ambiguidade, entre a autonomia e a heteronomia, a soberania e o comprometimento. Isto significa que uma abordagem que realmente considere o homem em sua plenitude e alteridade deve compreender o sujeito tanto em seu aspecto singular e independente quanto relacional, dependente das relações. Para Schmid (1998a), “Elementos essenciais da pessoa são independência e dependência dos relacionamentos, soberania e comprometimento, autonomia e solidariedade” (p.45, tradução nossa). A relação desses termos pode oferecer uma melhor compreensão do que seja a pessoa em sua alteridade.

Para Rogers (1961/2009, 1977/2001), *ser pessoa* é estar próximo da experiência, numa harmonia entre *self*, organismo e cultura. Como já argumentamos, tal perspectiva, presente na teoria da personalidade (Rogers, 1951/1992), enfatiza a dimensão substancial a que se refere Schmid (1998a). A partir das críticas dos autores mencionados neste tópico, podemos entender que a dimensão relacional de *ser pessoa* tensiona essa dimensão interiorizada e vincula o processo de *tornar-se pessoa* às relações que estabelecemos com o mundo e as pessoas. Deste modo a ideia *pessoa* como indivíduo em Rogers, a partir das críticas apresentadas, é desconstruída por um apelo que vem da alteridade. A *pessoa* em sua dimensão individualista, segundo Schmid (1998a), é um termo abstrato. A experiência apresenta o ser humano sempre em relação. Para Vieira (2017) é exatamente a abertura à experiência (sempre estrangeira, por vir do contato com o mundo) que garante uma abertura à alteridade na constituição do eu, e não um contato íntimo com uma força inata. Além disso, a ideia rogeriana de tendência à autorrealização não se sustenta na medida em que é sempre pelo olhar de um Outro que a relação facilita ou dificulta a abertura ao mundo – nunca é uma experiência de mim para mim mesmo. Terapeuta e cliente não criam a relação, eles são a relação a partir do que se torna presente nela (Schmid, 1998a). Passemos agora a desenvolver a ideia de *en-contro* como uma noção conexas a esta nova ideia de *pessoa*.

4. O En-Contro na Relação Pessoa (Outro) a Pessoa (Outro)

Segundo Schmid (1998a), a filosofia de Lévinas implica a teoria rogeriana novas possíveis formas de lidar com a alteridade. Observamos que Schmid (1998b) escreve a palavra *en-counter* com um hífen, pondo em relevo o termo *counter* (contra), como forma de denotar o aspecto assimétrico e diacrônico do termo; e empregando o termo *en* como *ir* ou *entrar*. Assim, o encontro se torna *en-contro* (*en-counter*), ou seja, carrega consigo o caráter conflitivo do embate entre o eu e o Outro, uma relação que tem na diferença o seu valor; o Outro que constitui a pessoa, também, a desconstrói, desaloja, inquieta, angustia, movimenta, transforma em algo que nem mesmo é capaz de conceber. Por isso mesmo, Schmid (1998b) entende que *en-contro* envolve *ser-com* (por haver um ponto em comum a partir do qual o diálogo se torna possível) e *ser-contra* (por se entender que no diálogo é a diferença, o não ser igual ao outro, que constrói). Tanto as perspectivas substanciais da pessoa quanto a relacionais oferecem, portanto, importantes aspectos para a compreensão do que seja o humano. A primeira enfatiza as qualidades daquilo que o ser humano é, em sua atualidade; e a segunda acentua a (trans)formação desse ser, em sua potencialidade. Schmid (1998a) afirma que “(...) desde o começo remoto o homem é uma pessoa individual e desde o começo remoto ele está se relacionando na comunidade pessoal com outros” (p. 44-45, tradução nossa). Somente através do relacionamento com outros é que se torna uma pessoa. Logo, o *en-contro* é a base, o processo e a meta da psicoterapia.

Rogers (1959/1977) indica que a qualidade da relação terapeuta-cliente é o aspecto mais importante em qualquer que seja a relação de ajuda. Apesar disso, Schmid (1998b) demarca que a ACP toma o encontro como categoria central de trabalho. O próprio Rogers (1961/2009) descreve o seu modelo de psicoterapia como um encontro. Diante daquilo que apresentamos acerca da concepção de *pessoa* e das atitudes facilitadoras, não resta outra modalidade de relacionamento terapêutico que não o *en-contro*. Esta é uma forma pessoal de relacionamento. Nesse tipo de relação, como vimos anteriormente, não é possível apresentar-se como um mero instrumento. Ao contrário, “O ‘ajudador’ [terapeuta] entra em um processo de mudança enquanto se deixa ser envolvido em um relacionamento em um nível pessoal e, assim, abandona a proteção tradicionalmente promovida pelo papel de especialista” (Schmid, 1998b, p. 74, tradução nossa).

Schmid (1998b) admite que os aspectos relacionais foram pouco desenvolvidos e não tão sistematizados como o foram os caracteres individuais da abordagem. Isso se deu, em especial, porque a sistematização do trabalho rogeriano ocorreu, principalmente, em suas fases iniciais. Com o crescimento da abordagem e o afastamento de Rogers do ambiente universitário, os desenvolvimentos alcançados com os trabalhos em grandes grupos não tiveram a mesma sistematização. Schmid (1998b), então, considera de suma importância que este trabalho seja feito em termos de atualizar e ressignificar os conceitos rogerianos em consonância com os avanços dos aspectos grupais da ACP.

Conforme Schmid (1998b) é preciso, pois, contrabalançar a ideia de uma abordagem rogeriana individualista. Ele reinterpreta a ideia de *en-contro*, apontando também os aspectos não harmoniosos da relação, trazendo à tona a diacronia que há no face-a-face. Tal dimensão já está presente na etimologia dessa palavra (*en-contro* = ir-contra) que ratifica a ideia de diferença e a resistência que uma pessoa provoca sobre a outra. Esta perspectiva oferece uma saída ou um novo caminho para a forma como o conceito tem sido trabalhado até então, pois o que temos visto é uma referência a um encontro harmonioso, pleno e até mesmo ingênuo entre cliente e terapeuta. Diante desta realidade, Vieira e Pinheiro (2013) questionam se essa psicoterapia se trata de um encontro consigo ou um embate com o Outro? Para os aludidos autores, Rogers buscava trabalhar os elementos estrangeiros da experiência da cliente através da assimilação destes. Entretanto, Schmid (1998b) traz para a ACP a relevância do encontro com a alteridade no processo de formação e transformação pessoal especialmente contemplado e vivido na psicoterapia centrada na pessoa. Tal forma de trabalhar a

experiência de estranhamento na clínica rogeriana oferece a possibilidade arrancar o sujeito de si mesmo, do *mal de ser*, oferecendo um novo modo de lidar com a estranheza de sua experiência e assim alcançando uma possível transformação terapêutica. Logo, o *encontro* é ter o Outro como questão em detrimento do próprio ser, como faz Lévinas ao dizer que *ser* ou *não ser* não é propriamente a questão (Schmid, 1998b), mas o *ter-de-ser* pelo e para o Outro. Eis um importante postulado levinasiano que fundamenta o pensamento schmidiano: a radicalidade da alteridade ao postular a subjetividade como serviço do Outro, de forma que aí estaria a vocação desta e a sua razão de existir.

Portanto, considerar a primazia do Outro em nossa subjetividade apresenta-nos a possibilidade de verdadeira transformação do eu ao lançá-lo em uma viagem sem retorno à mesmice. Somente quem abandona a si mesmo encontrará um novo eu e pode se autorrealizar (Schmid, 1998b). A autorrealização só pode ser realmente nova em um *encontro* (com ênfase nos aspectos alteritários) com o Outro. Do contrário, uma tendência à autorrealização (individual), incorre em um novo retorno ao eu como si-mesmo e ao seu domínio, como Rogers (1961/2009) parece apontar ao equiparar o funcionamento pleno à dinâmica infantil de funcionar, ou ao tomar a condição humana por uma natureza (Rogers, 1957/2014).

Na clínica, Rogers (1961/2009) considerou a relação humana como uma relação de encontro e a ela deu grande importância terapêutica. Ele comparou o tipo de encontro vivido na terapia com aquilo que Buber chamou de relação Eu-Tu. Em uma conversa gravada e transcrita, Buber divergiu de Rogers em relação a sua apropriação da ideia de encontro Eu-Tu como elemento terapêutico. O filósofo discordou que a clínica rogeriana proporcionava um encontro simétrico e horizontal com o cliente, dada à formação do psicólogo não ser a mesma do cliente e que é este, e não o profissional, que pede ajuda, não ocorrendo o contrário. Além disso, Rogers parecia indicar o encontro Eu-Tu como um produto a ser almejado pela relação terapêutica (Rogers & Buber, 1957/2008). A despeito disso, Rogers (1961/2009, 1970/2002) continuou a se referir, ainda que de forma mais cautelosa, ao termo *encontro* e à relação *Eu-Tu* para descrever o seu trabalho clínico como uma relação simétrica e horizontal de encontro entre pessoas. Desse debate, Schmid (1998b) indica que Rogers tentou caminhar cada vez mais próximo de uma psicoterapia dialógica. Holanda (1998) corrobora com essa tentativa de aproximação e, ainda, coaduna com a crítica de Schmid de que não devemos entender a terapia rogeriana como uma expressão prática da filosofia buberiana.

Com efeito, Schmid (1998b) afirma que em vez de fazer esta equação, faz mais sentido examinar Rogers criticamente, promovendo-lhe desenvolvimentos. Portanto, o que há no encontro é uma tensão dialógica entre conexão e separação, comunidade e solidão. É essa tensão que está presente na relação e nos permite tentar avançar de uma ideia de encontro para um *encontro*, que implica em deparar-se com a realidade do Outro e ser tocado por ela em um tom de surpresa. Rogers (1957/2008, 1967/1976), seminalmente, indicara a necessidade deste tipo de afetação para a transformação terapêutica ao afirmar que era preciso que um mínimo de diferença deveria ser percebido no campo experiência da pessoa para que se desse uma mudança em sua personalidade. Passemos a aprofundar esse desenvolvimento pela ideia de *presença*.

5. A Presença Como uma Qualidade de En-Contro Pessoa a Pessoa

A qualidade da *presença* do terapeuta é entendida como parte fundamental na constituição do vínculo com o cliente e na consideração do que é, para o terapeuta, ser uma pessoa nesse processo. Rogers (1980/1983a) comenta que, em momentos nos quais estava em sua melhor forma, descobriu em si uma nova característica curativa/terapêutica. Segundo ele, nestes momentos, a sua “(...) presença, simplesmente, libera e ajuda os outros” (p. 47). Esta afirmação levou alguns teóricos, como Thorne (2012) e Schmid (2001a, 2001b, 2002, 2005), a afirmarem que esta poderia ser considerada um elemento diferente das demais condições facilitadoras. Para Thorne (2012), por exemplo, esta característica

terapêutica se trata de uma quarta atitude a ser juntada às demais. Schmid (2002) considera que a *presença* é um jeito de *ser com*, uma forma de viver para o *en-contro*, não sendo necessariamente uma nova atitude, mas um resultado e uma expressão existencial do somatório das três atitudes iniciais, ou melhor, “(...) é o fundamento existencial das atitudes básicas de congruência, consideração positiva incondicional e empatia” (Schmid, 2001a, p. 224, tradução nossa).

Tal compreensão da *presença* do psicoterapeuta é tomada por Schmid (2002) de uma forma que ultrapassa a proposta inicial de Rogers (1980/1983a), sob o argumento de que este não foi capaz de dar-se conta da abrangência e importância do que havia expressado. Ao contrário de um estado alterado de consciência, como Rogers (1980/1983a) teria definido, Schmid (2001a) afirma que esta é uma condição existencial da pessoa se lançar para o Outro. Assim, Schmid (2002) entende que a relação que a *presença* estabelece com as atitudes facilitadoras pode ser descrita por meio de uma dialética, que tanto busca preservar-se, como abolir-se e transcender-se ante o Outro. Segundo o autor,

Por isso, a presença é uma expressão de autenticidade, uma vez que está relacionada com o fluxo imediato do presente experimentado. Ela reflete a congruência e a diferença entre o que a pessoa experimenta e a simbolização e entre sua simbolização e comunicação. Presença é uma expressão de empatia, porque, em contemplação existencial, está relacionada ao que o outro está passando. E a presença é uma expressão de consideração positiva, como aceitação de mim mesmo e como reconhecimento pessoal do outro, sejam quais forem os sentimentos que ele ou ela esteja experimentando. Estas posturas básicas (...) podem assim ser entendida como a condição do en-contro (p.63, tradução nossa).

Como expressão existencial da cooperação das três atitudes facilitadoras, a *presença* pode trazer certa confusão, pois suas características principais são as mesmas de cada uma das três elementares. Ela condensa e apresenta, na *pessoa*, a forma como as atitudes operam quando estão juntas. Ternura e vulnerabilidade (Schmid, 2001b) podem expressar a qualidade diferencial que esta condição assume. Schmid (2002) entende que a *presença* é resposta a uma *pessoa* (um Outro) que se apresenta e nos procura; resposta a uma invocação. Portanto, é, também, um desafio ético, responder a Outrem sem mediações de técnicas ou ferramentas, mas oferecendo a própria *presença*. Desta feita, a *presença* trabalha também no tempo propício, ao qual Schmid (2002) chama *Kairós*, remetendo ao nome do deus grego do instante oportuno. Este tempo, segundo o mencionado autor, é o presente, a imediaticidade do que está sendo vivido no momento. Logo, a *presença* está sujeita ao tempo vivido no contato com o Outro. Sobre tal fundamento se firma a não-diretividade trabalhada por Rogers (Schmid, 2005).

Schmid (2002) entende que o movimento do psicólogo deve ser sempre entendido como uma resposta ao toque do Outro, do cliente. Assim, “(...) é sempre o cliente quem ‘vem primeiro’” (p. 71, tradução nossa). Mesmo em casos em que a iniciativa do contato parte do terapeuta, é preciso perceber que este é o primeiro a ser tocado, pois se trata de uma resposta à presença e à necessidade do Outro. Assim, a partir de uma atitude empática, a *presença* deve ser, na verdade, uma abertura. Thorne (2012) prefere usar o termo *ternura* (*tenderness*), para descrever esta atitude. Segundo ele, a palavra em inglês possui vários significados, expressando uma condição holística, ou indicando que o terapeuta está presente integralmente, seja ouvindo passivamente, ou expressando-se com mais veemência, tanto uma atitude calorosa quanto vulnerável. Pela vulnerabilidade, pode-se perceber que sofrimento e cura estão interligados. A vulnerabilidade chama a atenção para uma condição em que se está profundamente aberto ao Outro, em um estado de profunda passividade, uma fragilidade perante o *en-contro* (2001b). Esta vulnerabilidade é trabalhada como anterioridade da presença do Outro em nós, de forma que o eu está cindido por esta presença. É uma subjetividade desde o princípio suscetível a ser afetada pelo Outro. Deste modo, poderíamos considerar a *presença* como paralelo entre ternura e vulnerabilidade. Seria uma espécie de *presença fraturada*, ao contrário daquela postura individual e concentrada, como Rogers (1980/1983a) afirmou.

Schmid (2001b), finalmente, apresenta-nos a *presença* como o *risco de ternura*. Com isso, o autor esforça-se por indicar como essa condição existencial pode ser uma expressão de uma afetividade responsiva, chamada vulnerabilidade. Não se trata de um movimento do eu em direção ao Outro, como uma iniciativa, mas de uma provocação

feita por este; o Outro se encontra desde o início de todo movimento, de toda a presença. A *presença*, por meio de sua ternura seria o cume de uma tentativa de sair da egologia. O ato de voltar-se para si mesmo, na *presença*, já é sabotado pela presença do Outro. É este ensejo que Schmid (2005) indica estar presente na obra de Rogers, mesmo que de forma embrionária.

6. Considerações Finais

O aprofundamento dos termos, e não somente das noções, que atravessam todo o fazer terapêutico de Rogers se constitui como necessário na medida em que queiramos discutir suas ideias psicológicas e avançar na discussão de sua prática. Encontrar-se é abrir a própria casa, como espaço seguro, para que a pessoa venha ser o que pode e o que quer ser, debater os fundamentos a partir dos quais essa abertura ocorre nos dá condições de avançar numa relação terapêutica. Essa construção, todavia, não ocorre sem desafios, na medida em que dialoga com a experiência viva da terapia e, por conseguinte, problematiza estruturas muito bem consolidadas a respeito de um relacionamento bem sucedido. Assim, quando se avança no entendimento sobre o que é ser uma pessoa, ao mesmo tempo em que se reconhece mais claramente o solo de onde Rogers fala, envolve também tensionar uma visão notadamente individualista sobre o tema, de modo que as dimensões substancial e relacional evidenciam uma saudável tensão entre ser e tornar-se.

Entendemos que é preciso que a ACP não ceda à tentação de resolver a tensão entre oposição, resistência e unidade, tomando parte de um lado apenas. Tornar-se *pessoa* e afirmar a dimensão do *en-contro*, em sua dimensão alteritária, pela sua *presença* na relação. Isso se dá justamente nessa tensão. Consideramos que a teoria da ACP não se dá exclusivamente a partir de aspectos que fecham a pessoa para o contato com a alteridade, tampouco se dá apenas por abertura. É no reconhecimento dessa tensão que se dá de fato uma relação aberta para o Outro. Enquanto assim for, haverá espaço para a comunidade e pluralidade dentro da teorização e prática da ACP. Assumir a radicalidade da alteridade do Outro, de forma que este não seja apenas um *alter ego* (outro eu), a nosso ver, é tarefa importante para que a ACP possa efetivar um cuidado para com as pessoas, em toda a sua pluralidade e complexidade, e para com a sociedade como um todo. Isto implica repensar as atitudes facilitadoras e, desta forma, toda a prática da abordagem em tela. Como consequência da tensão dialógica, é preciso que trabalhem a reciprocidade apesar da assimetria inerente a uma relação na qual as partes têm papéis muito bem definidos. Assim, a psicoterapia deve ser um processo de co-responder e de mutualidade.

Ter o cliente como *pessoa* e mestre de si mesmo, como quem diz de si e, com a sua própria *presença*, atualiza o que foi dito, em um processo do dizer do cliente e do responder do profissional. Nesse sentido, a relação ora pende para uma familiaridade teórica e prática, ora pende para a estranheza e o ineditismo do *en-contro*, sem nunca se fixar num desses pontos. Entendemos, a partir das ideias aqui expostas, que Rogers deu maior ênfase para a dimensão substancial (interna e inerente) da pessoa em detrimento de uma maior teorização sobre seus aspectos relacionais. Por isso, pensamos ser necessário trabalhá-los mais.

Apontamos, destarte, reflexões que podem auxiliar-nos nesse processo, pois o movimento de personalização não ocorre somente por determinação da tendência à autorrealização. Argumentamos que é necessário que não tenhamos essa tendência como único axioma da ACP, mas incluamos a potencialidade para o *en-contro* como importante fonte de transformação. Ser *pessoa*, portanto, implica em algo a mais do que afirmar a liberdade que permeia toda a relação terapêutica. É pô-la em contato e negociação com um espectro mais amplo de abertura à diferença e de claro posicionamento ético a esse respeito. É primar pelo encontro como horizonte ético, ainda que inalcançável, através da presença no contexto da relação. Além disso, a *presença*, como condição de uma vida não alienada tanto de si como também dos outros, abre espaço para uma condição existencial comprometida com o fazer histórico e na forma como este

proporciona a emergência de pessoas. Tal condição coaduna-se com as preocupações rogerianas sobre as condições sociais que seriam capazes de promover pessoas autênticas e livres. A *presença*, ao apontar para o compromisso com o Outro, também, implica na busca por transformações sociais que possibilitem *en-contros*, no que tange a relações pessoais e políticas.

Por fim, a proposta discutida acena para uma subjetividade que se constitui em comunidade e a partir do Outro. Logo, concordamos com Schmid quando este entende que os trabalhos com grupos devem ser o principal caminho utilizado na terapêutica das pessoas. Se a pessoa é resposta a uma comunidade de Outros, é nesse contexto de constante interpelação, fomentado de maneira especial pela vivência em grupo, que o sujeito terá melhor oportunidade de se deparar tanto com suas expressões construtivas quanto com as dimensões destrutivas de sua subjetividade. Tal consideração vai de *en-contro* as práticas individualistas de psicoterapia. Desta forma, poderíamos estar mais próximos, por exemplo, dos trabalhos que são desenvolvidos na atenção básica à saúde, ou na assistência social, feitos no Brasil, em que a atenção clínica prioriza os trabalhos com grupos e atende individualmente somente a casos específicos. Tal assunto é digno de maior investigação em trabalhos posteriores, dada a limitação do escopo de nosso estudo.

Referências

- Castelo Branco, P. C., & Cirino, S. D. (2016). Reflexões sobre a consciência na fenomenologia e na abordagem centrada na pessoa. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 9(2), 241-258.
- Freire, J. (2002). *O lugar do Outro na modernidade tardia*. São Paulo: Annablume.
- Holanda, A. (1998). *Diálogo e psicoterapia: correlações entre Carl Rogers e Martin Buber*. São Paulo: Lemos.
- May, R. (1982). The problem of evil: an open letter to Carl Rogers. *Journal of Humanistic Psychology*, 22(3), 10-21. doi: [10.1177/0022167882223003](https://doi.org/10.1177/0022167882223003)
- Moreira, V. (2007). *De Carl Rogers a Merleau-Ponty: a pessoa mundana em psicoterapia*. São Paulo: Annablume.
- Moreira, V. (2010). Revisitando as fases da abordagem centrada na pessoa. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 27(4), 537-544. doi: [10.1590/S0103-166X2010000400011](https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000400011)
- Pivatto, P. S. (2003). A questão da subjetividade nas filosofias do diálogo—O exemplo de Levinas'. *Veritas (Porto Alegre)*, 48(2), 187-195.
- Rogers, C. (1976). Algumas lições de um estudo de psicoterapia com esquizofrênicos. In C. Rogers., B. Stevens., E. Gendlin., W. Dusen., & J. Shlien. *De pessoa para pessoa: o problema de ser humano – uma nova tendência em psicologia* (pp. 211-223). São Paulo: Pioneira. (Trabalho original publicado em 1967).
- Rogers, C. (1977). Teoria e pesquisa. In C. Rogers & M. Kinget (Eds.), *Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva – Volume 1* (pp. 141-274., Bizotto, M., Trad.). Belo Horizonte: Interlivros. (Trabalho original publicado em 1959).
- Rogers, C. (1983a). *Um jeito de ser* (M. Kupfer., H. Lebrão., & Y. Patto, Trans.). São Paulo, Brasil: EPU. (Trabalho original publicado em 1980).
- Rogers, C. (1983b). Um novo mundo – uma nova pessoa. In C. Rogers., J. Wood, J., M. O'Hara., & A. Fonseca. *Em busca de vida: da terapia centrada no cliente à abordagem centrada na pessoa* (pp. 09-20). São Paulo, Brasil: Summus.
- Rogers, C. (1992). *Terapia centrada no cliente* (Bartalotti, C., Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1951).
- Rogers, C. (2001). *Sobre o poder pessoal* (Penteado, W., Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1977).
- Rogers, C. (2002). *Grupos de encontro* (J. Proença, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1970).
- Rogers, C. (2005). *Psicoterapia e consulta psicológica* (Ferreira, M., Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1942).
- Rogers, C. (2008). As condições necessárias e suficientes para mudança terapêutica de personalidade. In J. Wood et al. (Orgs.). *Abordagem centrada na pessoa* (pp. 143-161). Vitória: EDUFES. (Trabalho original publicado em 1957).

- Rogers, C. (2009). *Tornar-se pessoa* (M. Ferreira & A. Lamparelli, Trans.). São Paulo: Martins Fontes (Trabalho original publicado em 1961).
- Rogers, C. (2014). Uma nota sobre a “natureza do homem”. *Revista da Abordagem Gestáltica* (A. Holanda & A. Nunes, Trans.), 20(1), 137-140. (Trabalho original publicado em 1957). Recuperado em 17 de março de 2021, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v20n1/v20n1a17.pdf>
- Rogers, C., & Buber, M. (2008). Diálogo entre Carl Rogers e Martin Buber (1957). *Revista da Abordagem Gestáltica* (A. Lima, Trad.), 14(2), 233-243. (Trabalho original publicado em 1957). Recuperado em 17 de março de 2021, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v14n2/v14n2a12.pdf>
- Rogers, C., & Rosenberg, R. (1977). *A pessoa como centro*. São Paulo, Brasil: EPU.
- Schmid, P. (1998a). On becoming a person-centered approach: a person-centred understanding of the person. In B. Thorne., & E. Lambers (Eds.). *Person-centred therapy: a European perspective* (pp. 38-52). Londres: SAGE Publications.
- Schmid, P. (1998b). Face to face: the art of encounter. In B. Thorne., & E. Lambers (Eds.). *Person-centred therapy: a European perspective* (pp. 74-90). Londres: SAGE Publications.
- Schmid, P. (2000). Encountering a human being means being kept alive by an enigma (E. Lévinas). Prospects on further developments in the person-centered approach. In J. Marques-Teixeira & S. Antunes. (Eds.). *Client-Centered and Experiential Psychotherapy* (pp.11-33). Linda a Velha: Vale & Vale.
- Schmid, P. (2001a). Authenticity: the person as his or her own author – dialogical and ethical perspectives on therapy as an encounter relationship and beyond. In G. Wyatt (Ed.). *Rogers' therapeutic conditions: evolution, theory and practice - Vol I: Congruence* (pp. 217-232). United Kingdom: PCCS Books.
- Schmid, P. (2001b). Comprehension: the art of not knowing. dialogical and ethical perspectives as dialogue in personal and person-centered relationships. In S. Haugh., & T. Merry (Eds.) *Rogers' therapeutic conditions: evolution, theory and practice - Vol II: Empathy* (pp. 01-19). United Kingdom: PCCS Books.
- Schmid, P. (2002). Presence: Im-media-te co-experiencing and co-responding. Phenomenological, dialogical and ethical perspectives on contact and perception in person-centred therapy and beyond. In G. Wyatt., & P. Sanders (Orgs.). *Contact and Perception* (pp. 182-203). Ross-on-Wye: PCCS Books.
- Schmid, P. (2005). Facilitative responsiveness. non-directiveness from an anthropological, epistemological and ethical perspective. In B. Levitt (Ed.). *Embracing non-directivity: reassessing person-centered theory and practice in the 21st century* (pp. 01-21). Ross-on-Wye: PCCS Books.
- Thorne, B. (2012). *Faith and person-centred therapy*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Vieira, E. (2017). *Ética e psicologia: uma investigação sobre os ethoi da terapia centrada na pessoa* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, MG.
- Vieira, E., & Pinheiro, F. (2013). Person centered psychotherapy: an encounter with oneself or a confrontation with the other?. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 30(2), 231-238. [doi:10.1590/S0103-166X2013000200009](https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000200009)